



ATITUDES DOS EDUCADORES FACE MAU TRATO INFANTIL: CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UMA ESCALA

Catarino, Helena

Dixe, Maria dos Anjos

*Instituto Politécnico de Leiria – Escola Superior de Saúde de Leiria, Portugal

Professora Coordenadora

Campus 2 – Morro do Lena – Alto do Vieiro

Apartado 4137

2411-901 Leiria | PORTUGAL

Tel.: (+351) 244 845 300 Telemóvel pessoal: (+351) 915194906

helenacatarino@ipleiria.pt; manjos@ipleiria.pt

Vicente Castro, Florencio

Universidade de Extremadura, Espanha

ABSTRACT

Objectives: The aim of this study is to validate the “Educators’ Attitudes towards Child Abuse Scale - EAteMti”.

Method: This methodological study was carried out on a sample of 264 preschool, primary and secondary school teachers in the municipality of Leiria, Portugal. The teachers participating in the study were selected by convenience sampling. They were administered a questionnaire comprising (1) questions concerning the participants’ social, demographic, and occupational background and (2) questions aimed at assessing their attitudes towards child abuse.

Results: The Portuguese version of “Educators’ Attitudes towards Child Abuse Scale” include three dimensions: *Attitudes towards abusive parental authority* (Cronbach $\alpha=0,784$), *Attitudes towards child abuse reporting* (Cronbach $\alpha=0,729$) and *Attitudes toward corporal punishment* (Cronbach $\alpha=0,725$).

Regarding Educators’ Attitudes towards Child Abuse, detailed analysis evidence that educators have attitudes concordant with *Attitudes towards child abuse reporting* and few discordant with *Attitudes towards paternal authority* and *Attitudes toward corporal punishment*.

There is a negative correlation between the dimensions *Attitudes towards paternal authority* and *Attitudes towards child abuse reporting* ($r=-0,135$; $p\leq 0,05$) and between the dimensions *Attitudes towards child abuse reporting* and *Attitudes toward corporal punishment* ($r=-0,138$; $p\leq 0,05$). There



ATITUDES DOS EDUCADORES FACE MAU TRATO INFANTIL: CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UMA ESCALA

is also a positive and very significant correlation between *Attitudes towards paternal authority* and *Attitudes toward corporal punishment* ($r=0,413$; $p\leq 0,01$).

KEY WORDS: child abuse; attitudes; educators

INTRODUÇÃO

A investigação em contexto escolar, no domínio do mau trato infantil, tem evidenciado a necessidade não só de serem explorados os conhecimentos, atitudes e crenças dos professores sobre este, na sua detecção e sinalização mas também na sua prevenção e nas medidas tendentes à promoção do bem estar infantil (Abrahams, Casey & Daro 1992; O'Toole, Webster, O'Toole & Lucal 1999; Veltman & Browne 2003; Munro, 2005; Gil & Diniz; 2006).

O reconhecimento e a sinalização das situações de mau trato infantil têm sido apontadas como áreas em que os educadores revelam dificuldades, demonstrando insegurança na nos indicadores dos sinais de risco/mau trato na criança e nos procedimentos de notificação (Hinson & Fossey, 2000; McCallum, 2000; Duncan, 2001; Kenny, 2001; Hawkins & McCallum, 2001; Brino & Williams, 2003). Estes autores revelam que manifestam sentir-se pouco apoiados pelas administrações das escolas e pouco confiantes para desencadear os processos de notificação.

Para além da maioria dos professores não saber como actuar e possuir conhecimentos insuficientes, em geral possuem falsas crenças (Campo Sánchez, 2001; Aracena, Balladares, Román & Weiss, 2002; Brino & Williams, 2003; Francia Reyes, 2003).

Kenny (2004), com o objectivo de determinar os conhecimentos dos professores sobre os sinais e sintomas do mau trato infantil, os procedimentos de sinalização e as questões jurídicas relacionadas com esta problemática, aplicou o "*Educators and Child Abuse Questionnaire (ECAQ)*" concluindo que só 34% dos professores relataram ter recebido formação sobre mau trato, 25% tinha pelo menos denunciado uma situação de mau trato e 79% revelou que a administração da escola não os apoiou na denúncia da situação. Maioritariamente (56%) a amostra acreditou que poderia ser processada pela família se tivesse feito um relatório infundado. Só 13% dos educadores referiu conhecer os procedimentos de denúncia das situações de mau trato. Em geral, os professores tinham consciência que não conheciam os sinais e sintomas da negligência, mau trato físico ou sexual, tornando difícil a sua denúncia.

Relativamente à percepção sobre os efeitos do mau trato infantil no comportamento das crianças em sala de aula, os professores consideram que as dificuldades de aprendizagem, os níveis altos de agressividade, a dificuldade na interacção social e baixa auto-estima estão relacionando-os com os maus tratos físicos e/ou psicológicos (Yanowitz, Monte & Tribble 2003). As autoras constataram que os professores, apesar de estarem bem informados sobre os efeitos do mau trato infantil, referiram não denunciarem casos de suspeita de abuso, por não terem auto-confiança para decidir se uma criança era ou não maltratada.

Alvarez, Kenny, Donohue e Carpin (2004) Algeri e Stobäus (2005) e Dausen (2006) mencionam que a falência na sinalização das situações de mau trato infantil pode deixar muitas crianças e respectivas famílias sem as intervenções necessárias e num risco aumentado de maior mau trato.

As causas que levam os profissionais legalmente obrigados a notificarem as autoridades os casos de mau trato infantil a não o fazerem, relacionavam-se com a incapacidade para reconhecer os sinais e sintomas dos vários tipos de mau trato, por falta de conhecimentos adequados, falta de formação nos procedimentos de notificação e conhecimentos deficitários sobre a legislação em vigor (Alvarez, Kenny, Donohue & Carpin, 2004; Algeri & Stobäus, 2005; Dausen, 2006). O medo das consequências negativas, também leva os profissionais a não denunciarem as situações (VanBergeijk & Sarmiento, 2006).

Centrando a investigação na sobrenotificação e subnotificação dos professores, Webster,



PSICOLOGÍA POSITIVA Y CICLO VITAL

O'Toole, O'Toole e Lucal (2005) e Walsh, Farrell, Schweitzer e Bridgstok (2005) opinam que o facto destes se sentirem inseguros para identificar com exactidão os maus tratos, faz com que usassem o poder discricionário para não notificar, particularmente, os casos de negligência e mau trato psicológico. Walsh e Farrell (2008) referem que os resultados do seu estudo evidenciam que as características do caso como o tipo, a frequência e a gravidade do mau trato infantil são factores determinantes para a detecção e notificação. Em oposição, as características da escola (pequena ou grande dimensão) não constituem factores determinantes.

Ma?kowicz (2007) num estudo que envolveu 400 estudantes do 9º nível, os seus pais e professores, constatou a legitimação do uso da violência na educação de adolescentes e a existência de relação entre a percepção da violência na educação pelos pais e o seu uso.

Os estudos enfatizam que a preparação inadequada dos educadores para intervir nas situações de mau trato infantil se traduz numa incomensurável infância perdida e do ponto de vista de morbilidade e mortalidade, há necessidade de investir na prevenção dos maus tratos a partir da elaboração de programas que permitam aos educadores aprender a identificar os factores de risco, sinais e sintomas das diferentes tipologias do mau trato infantil, bem como a actuar de forma adequada perante a suspeita e a intervir por forma a minimizar os efeitos do mau trato no desenvolvimento da criança ou jovem.

Se a tendermos ao facto de que as atitudes originarem comportamentos associados e que se uma atitude puder ser mudada é de esperar que o mesmo possa acontecer ao comportamento consequente, no âmbito desta investigação os estudos abordados permitiram compreender o contexto da problemática e identificar algumas dimensões das atitudes dos educadores face ao mau trato infantil.

Pelo facto de na literatura consultada não ter sido encontrado um instrumento de medida adequado à avaliação das atitudes dos educadores face ao mau trato, optámos pela construção de um novo, como recomenda Hicks (2006), pois as escalas de atitudes, tal como outros testes de atributos psicológicos, devem ser fiáveis e válidas, devendo-se na sua selecção atender às suas características psicométricas.

MÉTODO

Tipo de estudo e objectivos

Este é um estudo metodológico cujo objectivo foi construir e validar uma escala que meça as atitudes dos educadores face ao mau trato infantil. Pretende-se apresentar as qualidades psicométricas da escala ao nível da fidelidade e validade.

Participantes

Participaram neste estudo 264 educadores de infância e professores que exerciam funções docentes nos estabelecimentos de educação e ensino público pré-escolar, básico e secundário do concelho de Leiria (21,20% da população-alvo), seleccionados por amostragem não probabilística.

A média de idades foi de 44,2 anos ($DP=7,7$; $Cv=17,4\%$), variando entre 25 e 65 anos. Maioritariamente, enquadram-se no sexo feminino, 216 (81,8%) são casados ou vivem em união de facto, 188 (71,2%) e têm filhos, 197 (74,6%). A maioria era detentora de uma licenciatura ou do seu equivalente legal, 225 (85,9%), sendo que uma pequena parte possui um bacharelato ou o seu equivalente legal, 17 (6,4%), um mestrado, 18 (6,8%), um doutoramento, 2 (0,8%). A maioria dos professores desempenhava a sua actividade ao nível do ensino básico, sendo predominantemente do 1º ciclo, 82 (31,1%). Exercem docência ao nível do 2º ciclo, 41 (15,5%) professores e do 3º ciclo 58 (22%) professores. Nesta amostra, 9 (3,4%) professores desempenhavam funções educativas de ensino especial ao nível do ensino básico. Dos inquiridos, 39 (14,8%) docentes referiram ser edu-



ATITUDES DOS EDUCADORES FACE MAU TRATO INFANTIL: CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UMA ESCALA

cadoures de infância, desempenhando funções ao nível do ensino pré-escolar e só 33 (12,5%) docentes exercem funções ao nível do ensino secundário.

Em média, o tempo de exercício profissional na função docente foi de 20,3 anos (DP=8,9; Cv=43,8%) e no estabelecimento de ensino foi de 7,6 anos (DP=101,4; CV=110,9%).

Instrumento de colheita de dados

Para a construção desta escala que denominámos por *Escala de Atitudes dos Educadores face ao Mau trato Infantil (EAtEMti)* e em que o termo educador designa os educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário, desenvolvemos um instrumento piloto multidimensional composta por 60 itens divididos por três dimensões. Procurando dar resposta ao recomendado por Hill e Hill (2000) e Almeida e Freire (2007), a selecção dos itens a incluir foi feita a partir da revisão das descrições insertas pelos diferentes autores na literatura consultada e da qual seleccionámos os aspectos que nos pareceram mais significativos, os resultados dos dados obtidos com o *Focus Group* que realizamos em Fevereiro de 2007 (Catarino, 2007) e que envolveu um conjunto de 50 educadores de infância e professores do ensino básico e secundário de estabelecimentos de ensino do concelho de Leiria.

A designação atribuída a cada dimensão procurou reflectir o conteúdo conceptual global dos itens que a compõem. A Dimensão 1 “*Atitudes face à autoridade parental abusiva*” mede as atitudes dos educadores e professores face ao uso da autoridade parental abusiva na educação da criança. Consideramos que quanto mais alta for a pontuação, mais discordantes são as atitudes dos educadores relativamente à autoridade parental abusiva. A Dimensão 2 “*Atitudes face à sinalização dos maus tratos*” mede as atitudes dos educadores e professores face à sinalização dos maus tratos perpetrados na criança. Consideramos que quanto mais alta for a pontuação mais concordantes são as atitudes dos educadores relativamente à sinalização dos maus tratos infantis. A Dimensão 3 “*Atitudes face à punição física*” mede as atitudes dos educadores e professores face ao uso da punição física como medida disciplinar parental usada na educação da criança. Consideramos que quanto mais alta for a pontuação, mais discordantes são as atitudes dos educadores relativamente ao uso da punição física como medida disciplinar parental.

O instrumento foi submetido, em primeiro lugar, à análise teórica e semântica dos itens através da apreciação de especialistas e profissionais com prática neste domínio. Em segundo lugar, procedeu-se à análise relativa ao conteúdo e à forma dos itens. Como recomendam Hill e Hill (2000) e Almeida e Freire (2007), fizemos uma aplicação experimental utilizando o método da reflexão falada (*Thinking aloud*). Desta forma, os resultados obtidos contribuiriam para a coerência da análise do instrumento.

Após a introdução das alterações sugeridas, procedemos à aplicação do pré-teste dando cumprimento à totalidade dos procedimentos relativos à análise quantitativa.

Os resultados da análise das respostas, permitiu-nos verificar não existir necessidade de proceder a mais alterações, pelo que considerámos o instrumento como definitivo.

Para a valoração dos itens e apuramento dos resultados construímos uma escala ordinal de resposta tipo Likert, com cinco categorias. A cada item fizemos corresponder as seguintes possibilidades de resposta: *Discordo totalmente*, *Discordo*, *Não concordo nem discordo*, *Concordo e Concordo totalmente*. Estas foram pontuadas de 1 a 5. Atendendo a que os itens foram construídos quer no sentido positivo, quer negativo, foi atribuído o valor 1 à resposta *Discordo totalmente* e o 5 à resposta *Concordo totalmente* para os itens com sentido positivo e o inverso para os itens com sentido negativo, tendo presente o referido aquando da selecção dos itens a incluir na escala, relativamente à designação atribuída a cada dimensão.

Em virtude das dimensões não apresentarem o mesmo número de itens e para tornar a análise mais coerente, optámos pela utilização do score médio pelo que dividimos o total da soma dos itens



PSICOLOGÍA POSITIVA Y CICLO VITAL

pelo seu número tendo assim as dimensões a mesma probabilidade de apresentarem os mesmos valores mínimo (1), máximo (5), média (2,5) e mediana (3).

Procedimentos

Do ponto de vista formal e ético, esta investigação assentou no consentimento informado e voluntário por parte dos sujeitos que nela participam, na garantia do anonimato e sigilo da identidade e da informação facultada. Foi solicitada autorização formal para a aplicação do instrumento de recolha de dados aos Presidentes dos Conselhos Executivos dos Agrupamentos de Escolas e das Escolas não Agrupadas após contacto telefónico prévio. Cada pedido de autorização foi acompanhado de um exemplar do instrumento de recolha de dados. Foi marcada reunião com os dirigentes institucionais que tinham deliberado favoravelmente, com o objectivo de confirmar o número de docentes e agendar a data de entrega dos questionários.

A todos os Presidentes ou Vice-Presidentes dos Conselhos Executivos foram, novamente, explicitados os objectivos do estudo e garantido o anonimato e privacidade dos sujeitos. Na carta de apresentação que acompanhou cada questionário estas condições foram garantidas, bem como o nosso contacto para algum esclarecimento adicional.

Os questionários foram individualizados em envelopes para posterior devolução e entregues aos Presidentes ou Vice-Presidentes dos Conselhos Executivos que os distribuíram pelos educadores de infância e professores dos diferentes níveis de ensino, das respectivas escolas. Após o cumprimento do prazo para o seu preenchimento, os questionários foram recolhidos e devolvidos pelos superiores hierárquicos supracitados.

O período de aplicação dos questionários decorreu entre 1 e 30 de Julho de 2007 e 1 de Setembro de 2007 e 8 de Fevereiro de 2008.

Tratamento dos dados

Procedemos à análise quantitativa dos dados através do programa informático e estatístico do SPSS, versão 15, sistematizando a informação colhida com recurso à estatística descritiva, nomeadamente, Frequências absolutas (n°) e relativas (%); Medidas de tendência central como a Média (M), Moda (Mo) e Mediana (Md); Medidas de dispersão, Máximos ($X_{máx}$), Mínimos ($X_{mín}$), Desvio padrão (DP) e Coeficiente de variação (Cv). Para o estudo das propriedades psicométricas da EAteMtl de atitudes foram calculadas as medidas descritivas, as correlações de cada item com o total da escala a que pertence excluindo o respectivo item, os Coeficientes de Split-Half, Spearman-Brown e alfa de Cronbach como medidas de fidelidade interna do instrumento e a análise factorial confirmatória pelo método de condensação em componentes principais e segundo a regra de Kaiser, após rotação de Varimax para o estudo da confirmação da inclusão dos itens nas três dimensões.

Em todas as provas estatísticas utilizámos como padrão, os seguintes níveis de significância: $p > 0,05$ – a diferença não é significativa, $p \leq 0,05$ – a diferença é significativa e $p \leq 0,01$ – a diferença é muito significativa, como recomendam Streiner e Norman (1989), Hill e Hill (2000) e Almeida e Freire (2007).

RESULTADOS

Neste capítulo, apresentamos os dados relativos às características psicométricas da escala de atitudes dos educadores face ao mau trato infantil.

Fidelidade da escala

O estudo da fidelidade foi realizado de acordo com a determinação do coeficiente de correlação entre os itens e a escala total, do Coeficiente de Spearman-Brown e Split-Half e do valor de Alfa (?) de Cronbach, tanto para a globalidade dos itens como para o conjunto da escala, à medida que vão



ATITUDES DOS EDUCADORES FACE MAU TRATO INFANTIL: CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UMA ESCALA

sendo excluídos, um a um, os vários itens. Para uma boa consistência interna o valor deve exceder um α de 0,80 mas, em escalas com número baixo de itens são aceitáveis valores acima de 0,60 (Streiner & Norman, 1989; Hill & Hill, 2000).

Os resultados apresentados na Tabela 1 mostram que todas as correlações obtidas são positivas, bastante altas (todos os valores são superiores a 0,20) e significativas ($p < 0,05$). Considerando que a escala é multidimensional, verificamos que em relação aos coeficientes de alfa (α) de Cronbach, os seus valores na Dimensão 1 “*Atitudes face à autoridade parental abusiva*” oscilam entre 0,745 e 0,780 não apresentando nenhum item valor superior a 0,784 (α global da sub-escala), na Dimensão 2 “*Atitudes face à sinalização dos maus tratos*” se situam entre 0,682 e 0,728 sendo o valor de α global da sub-escala de 0,729 e na Dimensão 3 “*Atitudes face à punição física*” variam entre 0,673 e 0,722 sendo também inferiores a 0,725 (α global da sub-escala). Constatámos ainda que os valores de alfa (α) de Cronbach descem quando os itens são retirados da respectiva dimensão, o que significa que quando estes estão presentes melhora a homogeneidade da sub-escala, pelo que podemos dizer que a escala possui uma boa consistência interna.

Decorrente desta análise, resultou uma escala multidimensional com 26 itens em que a Dimensão 1 “*Atitudes face à autoridade parental abusiva*” é composta por 10 itens; a Dimensão 2 “*Atitudes face à sinalização dos maus tratos*” integra 8 itens e a Dimensão 3 “*Atitudes face à punição física*” é composta por 8 itens.

Tabela 1: Estatísticas de homogeneidade dos itens e coeficientes de consistência interna (alfa de Cronbach) das dimensões da EAEMTI ($n=264$)

Factor	Nº do item	Item	M	DP	r sem o item	α de Cronbach sem o item
D I M E N S Ã O 1	2*	Os pais têm poder absoluto sobre os filhos	2,16	0,88	0,554	0,751
	5*	A liberdade da criança é um factor de perversão	1,91	0,75	0,361	0,776
	6*	A criança deve obedecer incondicionalmente aos pais	2,51	0,86	0,372	0,776
	9*	A relação entre pais e filhos apenas a eles diz respeito	2,05	0,76	0,575	0,750
	10*	Os educadores só se devem preocupar em ensinar os conteúdos programáticos	1,60	0,66	0,445	0,767
	12*	Os maus tratos infantis só acontecem nas famílias desfavorecidas economicamente	1,55	0,65	0,448	0,766
	14*	Na educação dos filhos, os pais têm sempre razão	2,01	0,70	0,630	0,745
	15*	Há que dominar precocemente a voluntariedade da criança para que esta seja obediente	2,55	0,86	0,377	0,776
	16*	Os adultos dizem o que é justo e injusto pela criança	2,33	0,76	0,478	0,762
	18*	Os pais têm o direito de educar as crianças como acharem melhor	2,69	0,87	0,346	0,780
α de Cronbach = 0,784						
Coefficiente Split-Half=0,775						
Coefficiente Spearman-Brown=0,775						
D I M E N S Ã O 2	19	O conselho de turma deve reunir para solucionar a situação quando há sinais de mau trato infantil	4,09	0,76	0,388	0,710
	20	Os educadores devem registar as evidências dos maus tratos para serem apresentadas como prova	4,10	0,58	0,531	0,682
	21	Os educadores devem perceber o que se passa com a criança sem que esta se aperceba	3,86	0,70	0,402	0,706
	22	As escolas devem ter um guia para formalizar a denúncia	3,92	0,73	0,432	0,700
	23	Na presença de mau trato devo denunciar à direcção da escola	4,20	0,50	0,439	0,701



PSICOLOGÍA POSITIVA Y CICLO VITAL

2	24	Perceber o que se passa com a criança é fundamental	4,51	0,53	0,467	0,696
	25	Devo alertar a segurança social e o tribunal de família e menores, quando a situação de negligência é continuada e o diálogo com os pais não resulta	4,31	0,68	0,293	0,728
	26	Compete aos educadores denunciarem as situações de mau trato às entidades competentes	3,91	0,70	0,483	0,688
α de Cronbach = 0,729						
Coefficiente Split-Half=0,700						
Coefficiente Spearman-Brown=0,705						
D I M E N S Ã O	1*	O castigo físico é uma forma de educar	2,09	0,94	0,451	0,691
	3*	A educação da criança pressupõe a exigência do cumprimento rígido de normas impostas pelos pais	2,72	0,91	0,308	0,722
	4*	O trabalho educa a criança	2,64	0,92	0,451	0,691
	7*	Para educar as crianças é preciso disciplina	4,07	0,75	0,295	0,720
	8*	O castigo educa a criança	2,90	0,97	0,525	0,673
	11*	Bater na criança é sinal que os pais se preocupam com ela	1,81	0,76	0,492	0,685
3	13*	Umas palmadas dos pais não são mau trato infantil	3,71	0,73	0,333	0,714
	17*	A punição física é uma forma de educação	2,11	0,81	0,493	0,683
α de Cronbach = 0,725						
Coefficiente Split-Half=0,761						
Coefficiente Spearman-Brown=0,761						

* Itens invertidos

Validade da escala

Com a finalidade de estudar a validade do instrumento do ponto de vista da sua estrutura interna, tendo como objectivo a obtenção de uma estrutura harmoniosa e fiável, utilizámos a validade discriminante do item (comparação da correlação do item com a dimensão a que pertence e com as dimensões da escala a que não pertence) – Correlação simultânea em dois factores, sendo a diferença entre ambos inferior a 0,1.

Seguindo este critério, obtivemos uma estrutura multidimensional com três dimensões. (Tabela 2).

Tabela 2: Análise discriminante das dimensões da EAtemI

Nº do item	Item	Dim. 1	Dim. 2	Dim. 3
14*	Na educação dos filhos, os pais têm sempre razão	0,718	-0,214	0,286
2*	Os pais têm poder absoluto sobre os filhos	0,681	-0,026	0,264
9*	A relação entre pais e filhos apenas a eles diz respeito	0,681	-0,081	0,223
16*	Os adultos dizem o que é justo e injusto pela criança	0,601	-0,087	0,247
12*	Os maus tratos infantis só acontecem nas famílias desfavorecidas economicamente	0,559	-0,123	0,160
10*	Os educadores só se devem preocupar em ensinar os conteúdos programáticos	0,558	-0,276	0,256
15*	Há que dominar precocemente a voluntariedade da criança para que esta seja obediente	0,535	0,019	0,345
6*	A criança deve obedecer incondicionalmente aos pais	0,530	0,132	0,222
18*	Os pais têm o direito de educar as crianças como acharem melhor	0,510	-0,057	0,189
5*	A liberdade da criança é um factor de perversão	0,501	-0,177	0,217
20	Os educadores devem registar as evidências dos maus tratos para serem apresentadas como prova	-0,087	0,659	-0,071



ATITUDES DOS EDUCADORES FACE MAU TRATO INFANTIL: CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UMA ESCALA

26	Compete aos educadores denunciarem as situações de mau trato às entidades competentes	-0,061	0,648	-0,127
19	O conselho de turma deve reunir para solucionar a situação quando há sinais de mau trato infantil	-0,093	0,578	-0,107
22	As escolas devem ter um guia para formalizar a denúncia	-0,015	0,615	-0,030
24	Perceber o que se passa com a criança é fundamental	-0,197	0,596	-0,120
21	Os educadores devem perceber o que se passa com a criança sem que esta se aperceba	0,032	0,584	-0,026
25	Devo alertar a segurança social e o tribunal de família e menores, quando a situação de negligência é continuada e o diálogo com os pais não resulta	-0,128	0,490	-0,120
23	Na presença de mau trato devo denunciar à direcção da escola	-0,142	0,566	-0,051
8*	O castigo educa a criança	0,251	-0,106	0,689
17*	A punição física é uma forma de educação	0,164	-0,230	0,639
1*	O castigo físico é uma forma de educar	0,311	-0,161	0,629
11*	Bater na criança é sinal que os pais se preocupam com ela	0,455	-0,226	0,629
4*	O trabalho educa a criança	0,184	-0,053	0,625
3*	A educação da criança pressupõe a exigência do cumprimento rígido de normas impostas pelos pais	0,291	-0,001	0,507
13*	Umas palmadas dos pais não são mau trato infantil	0,193	0,122	0,490
7*	Para educar as crianças é preciso disciplina	0,082	0,032	0,461

* Itens invertidos

Através da análise factorial confirmatória pelo método de condensação em componentes principais e segundo a regra de Kaiser (raízes latentes iguais ou superiores a um), após rotação de Varimax, comprovamos as três dimensões (Tabela 3). Verificamos que os itens 11 e 15 apresentam uma diferença inferior a 0,1. Optámos por não os eliminar dada a importância do seu conteúdo conceptual e enquadrá-los na dimensão em que obtiveram valor mais alto e a cujo conteúdo mais se ajustavam.

Tabela 3: Análise factorial confirmatória das dimensões da EAAtEmI

Nº do item	Item	Dim. 1	Dim. 2	Dim. 3
14*	Na educação dos filhos, os pais têm sempre razão	0,708		
2*	Os pais têm poder absoluto sobre os filhos	0,684		
9*	A relação entre pais e filhos apenas a eles diz respeito	0,701		
16*	Os adultos dizem o que é justo e injusto pela criança	0,571		
12*	Os maus tratos infantis só acontecem nas famílias desfavorecidas economicamente	0,633		
10*	Os educadores só se devem preocupar em ensinar os conteúdos programáticos	0,561	-0,322	
15*	Há que dominar precocemente a voluntariedade da criança para que esta seja obediente	0,423		0,342
6*	A criança deve obedecer incondicionalmente aos pais	0,477		
18*	Os pais têm o direito de educar as crianças como acharem melhor	0,454		
5*	A liberdade da criança é um factor de perversão	0,470		
20	Os educadores devem registar as evidências dos maus tratos para serem apresentadas como prova		0,679	



PSICOLOGÍA POSITIVA Y CICLO VITAL

26	Compete aos educadores denunciarem as situações de mau trato às entidades competentes	0,630
19	O conselho de turma deve reunir para solucionar a situação quando há sinais de mau trato infantil	0,532
22	As escolas devem ter um guia para formalizar a denúncia	0,584
24	Perceber o que se passa com a criança é fundamental	0,623
21	Os educadores devem perceber o que se passa com a criança sem que esta se aperceba	0,584
25	Devo alertar a segurança social e o tribunal de família e menores, quando a situação de negligência é continuada e o diálogo com os pais não resulta	0,420
23	Na presença de mau trato devo denunciar à direcção da escola	0,565
8*	O castigo educa a criança	0,690
17*	A punição física é uma forma de educação	0,663
1*	O castigo físico é uma forma de educar	0,565
11*	Bater na criança é sinal que os pais se preocupam com ela	0,432 0,500
4*	O trabalho educa a criança	0,562
3*	A educação da criança pressupõe a exigência do cumprimento rígido de normas impostas pelos pais	0,425
13*	Umas palmadas dos pais não são mau trato infantil	0,454
7*	Para educar as crianças é preciso disciplina	0,494

* Itens invertidos

A análise dos coeficientes de correlação das dimensões permite descrever a intensidade e a direcção dessa relação (Polit, Beck e Hungler, 2004). Através dos resultados expressos na Tabela 4, concluímos que existe uma correlação negativa e significativa entre as dimensões *Atitudes face à autoridade parental abusiva* e *Atitudes face à sinalização dos maus tratos*, sendo o seu valor de -0,135 e entre as dimensões *Atitudes face à sinalização dos maus tratos* e *Atitudes face à punição física*, sendo o valor desta correlação de -0,138. Podemos dizer que sendo estas variáveis inversamente relacionadas, as atitudes mais concordantes dos educadores e professores face à sinalização dos maus tratos tendem a estar associadas atitudes menos discordantes dos educadores face à autoridade parental abusiva e face à punição física.

Existe ainda uma correlação positiva e muito significativa entre *Atitudes face à autoridade parental abusiva* e *Atitudes face à punição física*, sendo o valor da correlação de 0,413. Este valor traduz uma relação directa entre as duas variáveis, pelo que as atitudes mais discordantes dos educadores e professores face à autoridade parental abusiva tendem a estar associadas a atitudes mais discordantes dos mesmos face à punição física.

Tabela 4: Matriz de correlação de Pearson entre as três dimensões da EAteMtl

	EAteMtl	D1	D2	D3
D1	<i>Atitudes face à autoridade parental abusiva</i>	1,000		
D2	<i>Atitudes face à sinalização dos maus tratos</i>	-0,135(*)	1,000	
D3	<i>Atitudes face à punição física</i>	0,413(**)	-0,138(*)	1,000

* Significativo para um $p \leq 0,05$ ** Significativo para um $p \leq 0,01$

**ATITUDES DOS EDUCADORES FACE MAU TRATO INFANTIL: CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UMA ESCALA****CONCLUSÃO**

Em síntese e com base nos pressupostos apresentados, procedemos à construção e validação de uma escala multidimensional que integra três sub-escalas distintas e que designámos por *Escala de Atitudes dos Educadores face ao Mau trato Infantil (EAtEMti)* permitindo medir as atitudes dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário face à criança vítima de mau trato infantil.

Consideramos que a maioria dos itens satisfazem os critérios psicométricos exigidos, pelo que podemos afirmar que avaliam a dimensão a que pertencem. Apesar deste resultado, alguns itens necessitam ser revistos para que possam ser melhoradas as propriedades psicométricas da escala.

BIBLIOGRAFIA

- Abrahams, N., Casey, K. & Daro, D. (1992). Teachers' knowledge, attitudes, and beliefs about child abuse and its prevention. *Child Abuse & Neglect*, 16, 229-238.
- Algeri, S. & Stobäus, C. D. (2005). A violência no contexto da saúde e da educação. *Revista Educação*, Ano XXVIII, 55 (1), 117-131.
- Almeida, L. S. & Freire, T. (2007). *Metodologia da investigação em psicologia e educação*. 4ª Edição, Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Alvarez, K. M., Kenny, M. C., Donohue, B. & Carpin, K. M. (2004). Why are professionals failing to initiate mandated reports of child maltreatment, and there any empirically based training programs to assist professionals in the reporting process? *Aggression and Violent Behavior*, 9, 563-578.
- Aracena, M., Balladares, E., Román, F. & Weiss, C. (2002). Conceptualización de las pautas de crianza de buen trato y maltrato infantil, en familias del estrato socioeconómico bajo: una mirada cualitativa. *Revista de Psicología*, XI (2), 39-53.
- Brino, R. F. & Williams, L. C. A. (2003). Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. *Cadernos de Pesquisa*, 119, 113-118.
- Campo Sánchez, A. (2001). Conhecimentos e atitudes dos pais, menores e professores em relação ao abuso sexual. *Análise Psicológica*, 19 (2), 253-259.
- Catarino, H. (2007). Atitudes e conhecimentos dos educadores sobre mau trato infantil. *Psicología del Desarrollo: Nuevos Modelos Familiares*. *Revista INFAD*, Año XIX, 2 (1), 2007, 273-284.
- Dausen, H. (2006). Teachers as mandated reporters of child abuse. Retrieved June 16, 2007, from Duncan, N. (2001). When should teachers report abuse? *Children's Voice*. Retrieved June 16, 2007, from <http://www.cwla.org/articles/cv0111teachers.htm>
- Gil, G. & Diniz, J. A. (2006). Educadores de infância promotores de saúde e resiliência: um estudo exploratório com crianças em situação de risco. *Análise Psicológica*, 24 (2), 217-234.
- Hawkins, R. & McCallum, C. (2001). *Mandatory notification training for suspected child abuse and neglect in south australian schools*. *Child Abuse & Neglect*, 25, 1603-1625.
- Hicks, C. M. (2006). *Métodos de investigação para terapeutas clínicos. Concepção de projectos de aplicação e análise* (3a ed.). (S. F. Ribeiro, Trad). Loures: Lusociência. (Obra original publicada em).
- Hill, M. M. & Hill, A. (2000). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Hinson, J. & Fossey, R. (2000). Child abuse: what teachers in the '90s know, think, and do. *Journal of Education for Student Placed at Risk*, 5 (3), 251-266.
- <http://www.olemiss.edu/programs/mtc/Media/Writings/docs/Focus%2006%20PDF/Dausen.pdf>
- Kenny, M. C. (2001). Child abuse reporting: teachers' perceived deterrents. *Child Abuse & Neglect*, 25 (1), 81-92.



PSICOLOGÍA POSITIVA Y CICLO VITAL

- Kenny, M. C. (2004). Teachers' attitudes toward and knowledge of child maltreatment. *Child Abuse & Neglect*, 28, 1311-1319.
- Ma?kowiec, J. (2007). Child abuse and its perception by students, parents and teachers. *The New Educational Review*, 13 (3-4), 69-77.
- McCallum, F. (2000). *The effectiveness of trainings Professional development: teachers as mandated notifiers of child abuse and neglect*. Unpublished doctoral dissertation, University of South Australia, South Australia.
- Munro, E. (2005). What tools do we need to improve identification of child abuse? *Child Abuse & Neglect*, 14 (11), 1083-1101.
- O'Toole, R., Webster, S. W., O'Toole, A. W. & Lucal, B. (1999). Teachers' recognition and reporting of child abuse: a factorial survey. *Child Abuse & Neglect*, 23 (11), 1083-1101.
- Polit, D. F., Beck, C. T. & Hungler, B. P. (2004). *Fundamentos de pesquisa em enfermagem. Métodos, avaliação e utilização* (5a ed.). (A. Thorell, Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Obra original publicada em 2001).
- Streiner, D. L.; Norman, G.R. (1989). *Health measurement scales – a practical guide to their development and use*. London: Oxford Medical Publications.
- VanBergeijk, E. O. & Sarmiento T. L. L. (2006). The Consequences of Reporting Child Maltreatment: Are School Personnel at Risk for Secondary Traumatic Stress? *Brief Treatment and Crisis Intervention*, 6, 79-98.
- Veltman, M. W. M. & Browne, Kevin D. (2003). Identifying abused children using assessments and observations in the classroom: a preliminary study. *Child Abuse Review*, 12, 315-334.
- Walsh, K. & Farrell, A. (2008). Identifying and evaluating teachers' knowledge in relation to child abuse and neglect, a qualitative study with Australian early childhood teachers. *Child Abuse & Neglect*, 24, 585-600.
- Walsh, K., Farrell, A., Schweitzer, R. & Bridgstock, R. (2005). *Critical factors in teachers' detecting and reporting child abuse and neglect: implications for practice*. Australia: Abuse Child Trust.
- Webster, S. W., O'Toole, R., O'Toole A. W. & Lucal, B. (2005). Overreporting and underreporting of child abuse: Teachers' use of professional discretion. *Child Abuse & Neglect*, 29, 1281-1296.
- Yanowitz, K. L., Monte, E. & Tribble, J. R. (2003). Teachers' beliefs about the effects of child abuse. *Child Abuse & Neglect*, 27, 483-488.

Fecha de recepción: 11 de enero de 2010

Fecha de admisión: 19 de marzo de 2010

